

HOJE É DIA NACIONAL DE LUTA

Governo Temer: uma ponte para o abismo

Governo golpista ataca direitos dos trabalhadores e patrimônio público para satisfazer interesses de banqueiros e especuladores

Hoje é Dia Nacional de Paralisação contra o governo Temer e a sua tentativa de aplicar um programa de ataques aos direitos dos trabalhadores e a entrega do patrimônio público.

A mobilização é parte da Jornada Nacional de Lutas aprovada pela Fasubra em sua última plenária e conta com a convocação das

principais centrais sindicais do Brasil – CUT, CTB, UGT, Força, NCST, CSP-Conlutas e Intersindical –, e as entidades que formam as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

Em todo o país serão realizadas paralisações, atrasos na entrada, assembleias nas portas dos locais de trabalho, passeatas e manifes-

tações.

Em Campinas serão realizadas atividades nos locais de trabalho dos petroleiros, metalúrgicos e bancários.

O STU se soma a luta pelo “Fora Temer” e em defesa dos direitos trabalhistas ameaçados por este governo ilegítimo e golpista.

Nenhum direito a menos!

Confira os principais ataques aos seus direitos

Reforma da Previdência - a proposta de reforma eleva a idade mínima para 65 anos tanto para homens quanto para mulheres, aumenta o tempo mínimo de contribuição e vincula o pagamento da aposentadoria integral a um número maior de contribuições.

Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16 - congela salários e a realização de concursos por dois anos, aumenta a contribuição previdenciária do funcionalismo e permite a privatização de estatais.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 - limita por

20 anos todos os investimentos sociais, especialmente saúde e educação, para assegurar o pagamento de juros e serviços da dívida pública. Salários dos servidores seguem o congelamento.

Terceirização Total - as empresas e instituições públicas ficam desobrigadas da contratação direta de trabalhadores, podendo terceirizar as atividades fins e contratar pessoa jurídica – PJ.

Desmonte da CLT - a negociação passa a ter mais força do que a lei, abrindo brecha para acabar com 13º, férias e demais conquistas.

Entrega do Pré-Sal - o Projeto de Lei 4567/16, de autoria de José Serra, extingue a atuação obrigatória da Petrobras na exploração do Pré-Sal.

Desmonte da Educação - A reforma proposta por Medida Provisória prevê a flexibilização do currículo, o fim da obrigatoriedade de disciplinas como filosofia, sociologia e educação física. Essa reforma vem junto com o projeto Escola Sem Partido, que visa amordaçar o professor em sala de aula e negar o direito à discussão dos temas de gênero e opressões dentro das escolas.

Reitor faz discurso de apertar o cinto, mas aprova dupla matrícula no Consu

Na última terça-feira (27) a reunião do Consu discutiu a revisão orçamentária. Na pauta constavam propostas de ajustar o orçamento e aprofundar as GRs 10 e 13, com propostas de suspender todas as contratações, inclusive de concursos já realizados, rever os gastos com prêmios, cursos, revisão de contratos, entre outros cortes.

A reitoria argumentou que a queda da arrecadação reduziu o repasse para a Unicamp e que a reserva vem sendo consumida para repor o déficit e que, se essa tendência de queda se mantiver, a Unicamp deve chegar em dezembro com a reserva técnica em R\$ 33 milhões. A discussão do orçamento não foi concluída, mas, no que diz respeito as contratações, não houve alteração das GRs 10 e 13 que serão debatidas na discussão do orçamento de 2017 que ocorre em dezembro.

Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço

Apesar de todo discurso de ajuste orçamentário quando a discussão da pauta passou a ser o fim da dupla matrícula o discurso mudou. O Consu já havia pautado essa discussão. A contundência de membros do primeiro escalão da reitoria na defesa da dupla matrícula pegou mal. A dupla matrícula corresponde a percentuais entre 60% e 100% do salário de Secretário de Estado, hoje em torno de R\$ 18 mil. O reitor recebe 100% e todo o primeiro escalão da Universidade ganha percentuais deste valor (Coordenador Geral - 85%, pró reitores - 80% cada um, chefe de gabinete - 75%, chefe de gabinete adjunto - 60%).

A dupla matrícula foi introduzida em 2007, ao observar as contas da Unicamp desse período e o descumprimento do teto salarial o Tribunal

de Contas do Estado questionou a dupla matrícula em 2013. A divulgação dos dados da Unicamp com base na lei da transparência deu visibilidade à comunidade desse procedimento.

O argumento da reitoria de que é mais barato para a Universidade a dupla matrícula do que o sistema anterior de gratificações por não incorporar já não cola. Ao proceder duas matrículas para o primeiro escalão, a remuneração com base no salário de secretário de Estado fica fora do teto salarial, criando um privilégio para os ocupantes desses cargos.

O STU e os trabalhadores querem o fim das duplas matrículas, questionam esse privilégio na Universidade e estranham que num momento em que a reitoria prega o ajuste ao invés de dar o bom exemplo e acabar com a dupla matrícula, utiliza o Consu para legitimar a distorção.

Todo apoio à greve dos bancários

Desde o dia 6 de setembro, mais de 13 mil agências em todo o país já foram fechadas pela greve dos bancários. A categoria enfrenta uma queda de braço com a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos), que se recusa a assegurar a reposição das perdas inflacionárias.

A categoria denuncia que os cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa) lucraram R\$ 29,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 e ainda assim cortaram mais de sete mil postos de trabalho. Entre 2012 e 2015,



o setor já reduziu mais de 34 mil empregos, o que piora a qualidade do atendimento prestado aos usuários. Segundo o comando nacional da greve bancária, só nos meses de julho e agosto o Banco Central re-

cebeu 5.927 reclamações de clientes bancários por mau atendimento.

A diretoria do STU apoia a greve dos bancários, que na região de Campinas atinge mais de 290 locais paralisados.